



<b>Bolsas</b> Na terça-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Salário mínimo</b>	<b>Dólar</b> Últimas cotações (em R\$)	<b>Euro</b> Comercial, venda na terça-feira	<b>Capital de giro</b> Na terça-feira	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
0,86% São Paulo	113.076	R\$ 1.212	16/março 5,093 17/março 5,034 18/março 5,015 21/março 4,944	R\$ 5,421	6,76%	11,65%	Setembro/2021 1,16 Outubro/2021 1,25 Novembro/2021 0,95 Dezembro/2021 0,73 Janeiro/2022 0,54
0,74% Nova York	17/3 18/3 21/3 22/3						

## CONTAS PÚBLICAS

# Corte de R\$ 1,72 bi para respeitar o teto

Governo anuncia bloqueio orçamentário em razão de despesas relativas a subsídios e subvenções. Secretário aprova suspensão de tributos para reduzir o preço do diesel, mas considera remota a chance de estender o benefício à gasolina

» FERNANDA STRICKLAND  
» MARIA EDUARDA ANGELI

O Ministério da Economia anunciou, ontem, o bloqueio de R\$ 1,72 bilhão do Orçamento da União de 2022 para evitar o descumprimento do teto de gastos. A restrição se aplica às despesas primárias, com destaque para subsídios e subvenções, e vem com a projeção de um déficit de R\$ 66,9 bilhões, atualização ante os mais de R\$ 76 bilhões previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA).

A pasta ainda não detalhou em quais áreas e pastas o corte será aplicado. “O aumento da despesa primária, com destaque para as despesas relativas a subsídios e subvenções, resultou em um excesso de R\$ 1,72 bilhão em relação ao limite do Teto de Gastos para o Poder Executivo”, explica o documento.

Segundo o secretário especial do Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, a melhora nas estimativas tem implicações do incremento de receitas decorrentes do Imposto de Renda, Previdência e Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL). Vale lembrar que as informações do relatório levam em consideração uma projeção do Produto Interno Bruto (PIB) acima do esperado pelo mercado — 1,5%, número justificado por Colnago pelos investimentos privados e desempenho do mercado de trabalho.

A meta do Governo Central aprovada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para este ano

permite que o saldo negativo da administração chegue a R\$ 170,5 bilhões. Conforme aponta o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas do 1º bimestre, a projeção das receitas primárias realizada pela equipe econômica passou de R\$ 2,030 trilhões para R\$ 2,118 trilhões. Já a estimativa para receita líquida foi alterada de R\$ 1,644 trilhão para R\$ 1,686 trilhão.

### Combustíveis

Há uma pressão do governo, em particular do presidente Jair Bolsonaro, para cortar os impostos da gasolina. Mas o Ministério da Economia não acredita que a medida seja adequada para o momento. Colnago disse que é preferível esperar mais um tempo, antes de tomar novas decisões sobre os combustíveis. “A pressão para fazer novas políticas públicas, reduzir tributos, é uma coisa recorrente. Existe essa pressão, mas nós entendemos que não é uma boa política porque está atendendo um pessoal classe média alta”, afirmou.

Sobre novas medidas para conter a alta de preços dos combustíveis, Colnago disse que é o momento de “aguardar” o efeito das ações anunciadas. Ontem, o governo zerou o imposto de importação do etanol. Nas contas da equipe econômica, a medida pode reduzir R\$ 0,20 no litro da gasolina.

“Não podemos adotar medidas desenfreadas, tem um custo para a sociedade. [Gastos]

### Livres da tesoura

Veja a lista de despesas obrigatórias — no valor total de R\$ 1,589 milhão — que não sofrerão redução no orçamento.

Benefícios Previdenciários	R\$ 777 mil
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 336 mil
Abono e Seguro Desemprego	R\$ 65 mil
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV	R\$ 76 mil
Créditos Extraordinários	R\$ 23 mil
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	R\$ 3 mil
Complementação ao FUNDEB	R\$ 30 mil
Subsídios, Subvenções e Proagro	R\$ 13 mil
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	R\$ 26 mil
Impacto Primário do FIES	R\$ 1 mil
Obrigatórias com Controle de Fluxo	R\$ 223 mil
Demais Obrigatórias	R\$ 35 mil
Despesas Discricionárias do Poder Executivo	R\$ 130 mil

Fonte: LOA 2022

Voltam para a sociedade, seja por alta de juros, seja pela inflação”, afirmou. “Não existe nada pré-determinado [para novas medidas], não existe ‘Ah, se o dólar chegar a R\$ 7 ou o Brent a US\$ 300. Entendemos que é momento de aguardar para ver como vai evoluir”, acrescentou.

O secretário descartou, ainda, novas políticas em estudo para amenizar o efeito da alta de combustíveis para as classes mais baixas. “Já temos política hoje para a baixa renda, que é

Auxílio Brasil e auxílio gás”, afirmou Esteves Colnago.

### Reajuste salarial

O secretário especial do Tesouro e Orçamento também comentou sobre o reajuste salarial para servidores, tema que provocou muita controvérsia nos primeiros meses do ano. No orçamento, há uma reserva de R\$ 1,7 bilhão, para a concessão de reajuste salarial ao funcionalismo. “O valor do aumento

do pessoal está preservado. A gente não está mexendo nisso”, afirmou Colnago.

De acordo com ele, a concessão do reajuste salarial cabe ao presidente Jair Bolsonaro (PL). “É uma decisão que vai ser tomada pelo presidente da República — quando vai dar, se vai dar, para quem vai dar. Isso não está sendo questionado ou modificado neste momento”, esclareceu o auxiliar do ministro Paulo Guedes. (\*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza)

### Mais pressão inflacionária

A ata do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), avaliou, ontem, que a crise provocada pela guerra entre Rússia e Ucrânia pode influenciar pressões inflacionárias que já estavam presentes no Brasil. Segundo o Comitê, o risco pode exigir uma alta ainda maior da taxa básica de juros brasileira, a Selic. As observações constam na ata da última reunião do comitê, realizada na semana passada.

Segundo o Comitê, o conflito entre Rússia e Ucrânia levou a um agravamento das condições financeiras e aumento da incerteza em torno do cenário econômico mundial. “Em particular, o choque de oferta decorrente do conflito tem o potencial de exacerbar as pressões inflacionárias que já vinham se acumulando tanto em economias emergentes quanto avançadas”, explica o Copom.

De acordo com o documento emitido pelo comitê, esses desenvolvimentos podem ter consequências de longo prazo e se traduzirem em pressões inflacionárias mais prolongadas na produção global de bens. Na última atualização, o BC aumentou a taxa básica de juros em 1 ponto percentual, ao patamar de 11,75% ao ano, reduzindo a intensidade do aperto monetário após três altas consecutivas de 1,5 ponto.

## RAUL VELLOSO



COMEÇANDO PELA APLICAÇÃO DE REFORMA PREVIDENCIÁRIA SIMILAR À DA UNIÃO, A ATUAL ADMINISTRAÇÃO PIAUIENSE TEM MOSTRADO EXPRESSIVOS PROGRESSOS NA ARRUMAÇÃO DE SUA CASA FINANCEIRA, SEGUINDO O ELOGIÁVEL MODELO DE AJUSTE QUE ACABA DE SER POSTO EM PRÁTICA PELA PREFEITURA DE SÃO PAULO

## Piauí à frente do ajuste

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

O problema financeiro fundamental do setor público brasileiro nos últimos anos se refere à disparada dos gastos previdenciários dos regimes próprios de servidores, especialmente nos entes subnacionais. Como ninguém aceita perdas de participação das suas parcelas nos orçamentos públicos (sem falar que é cada vez mais difícil aumentar a arrecadação de tributos e/ou a dívida pública), isso tem levado a uma redução expressiva do espaço destinado a investimentos em infraestrutura, por ser esse o item onde a resistência política a cortes compensatórios de gastos é menos intensa. Só que, como é alta a correlação entre gastos de investimento em infraestrutura e crescimento do PIB e do emprego, ao fim e ao cabo são as oportunidades de emprego que não se materializam quem paga a conta da disparada previdenciária.

A subida dos déficits e

a redução do espaço para investir têm se manifestado de forma intensa na grande maioria dos entes, mas especialmente no caso do meu estado natal, o Piauí. Tanto que, nele, apurei a ocorrência de um aumento real à taxa média de 10,6% nos déficits previdenciários anuais entre 2006 e 2019, algo chocante, pois, enquanto isso, o PIB estadual crescia à média de 3,5% a.a., uma taxa substancial para os atuais padrões do país, mas representando apenas 1/3 da relativa ao déficit. Dessa forma, o valor investido desabaria de R\$ 1.804 para R\$ 720 milhões, a preços constantes, entre 2009 e 2019, uma queda de 60% entre as duas pontas.

Nada obstante, começando pela aplicação de reforma previdenciária similar à da União, a atual administração piauiense tem mostrado expressivos progressos na arrumação de sua casa financeira visando à aber-

tura de um novo e importante espaço para aumentar seus investimentos, seguindo basicamente o elogiável modelo de ajuste que acaba de ser quase integralmente posto em prática pela prefeitura de São Paulo, enquanto os demais estados têm deixado bastante a desejar na sua atuação nesse tema.

Em resumo, o Piauí, que já havia aumentado para 14% a contribuição dos servidores à Previdência e instituído a chamada previdência complementar obrigatória para os novos servidores que auferissem remuneração acima do teto do INSS, onde o financiamento das aposentadorias e pensões acima do teto fica garantido pelo regime de “contribuição definida”, está adicionando o seguinte:

(1) a implantação — já concluída — do mesmo modelo de reforma do sistema de benefícios aprovado pela União para os servidores federais pela EC 103/19, algo

que em muitos casos está exigindo um penoso processo de desgaste político, mas, no Piauí, ele se concluiu sem maiores traumas; e

(2) entre outras medidas, a submissão à Assembleia Legislativa, em fase final, de um projeto de lei prevendo: (2.1) a chamada segregação das massas previdenciárias, em dois planos, criando-se, de um lado, um “fundo previdenciário”, que já nasce basicamente equilibrado, composto dos servidores que ingressem a partir de uma data recente (incluindo os regidos pela “previdência complementar”, acima indicados), e, do outro, um “plano financeiro”, em extinção, composto dos demais; e (2.2) a vinculação à previdência dos repasses do Imposto de Renda na Fonte retido dos servidores e das receitas relacionadas com a gestão e venda de imóveis, devendo aprovar, simultaneamente, a securitização ou antecipação das receitas futuras relacio-

nadas com essas fontes, viabilizando sua monetização.

O novo esquema deverá conter uma “transferência dinâmica de vidas”, em que, gradativamente e até se extinguir, servidores do plano financeiro são incorporados ao plano previdenciário, mediante o aporte dos ativos que tenham sido identificados pela administração e seu aporte ao fundo previdenciário aprovado pela assembleia. Dessa forma, acelera-se o processo de equacionamento definitivo do velho regime deficitário.

Outra possibilidade de fechamento do processo de equacionamento previdenciário seria a aprovação e implantação de uma alíquota patronal extraordinária calculada para fechar a conta (isto é, zerar os déficits financeiros e atuariais do regime previdenciário em causa), que, contudo, perde sentido, se se chegar a um valor muito elevado que acabe inviabilizando sua aplicação.

Finalmente, tendo à mão um caminho de ajuste, como o que descrevi há pouco, que tem boas chances de ser trilhado satisfatoriamente na prática, concluo apresentando cálculos de estudos atuariais feitos recentemente que sinalizam que: 1) sem qualquer medida de ajuste, um novo aumento real do elevado déficit previdenciário do Piauí o elevaria, entre 2019 e 2030, de R\$ 1.585 para R\$ 2.196 milhões, implicando crescimento real médio de 3% a.a. entre esses dois anos, praticamente zerando os investimentos na ponta final da série; 2) com as medidas acima citadas, redução do déficit previdenciário para R\$ 241 milhões em 2022, ainda que com nova subida para R\$ 968 milhões em 2030, implicando, nas mesmas datas, recuperação dos investimentos para R\$ 2.064 em 2022, nova queda na sequência, mas encerramento em R\$ 1.337 milhões em 2030, algo nada desprezível.